

5. A Superioridade da Abordagem Construcionista da Gramática para o enfrentamento do problema da palavra

Como acabamos de ver, o status da unidade *palavra* na Abordagem Construcionista da Gramática hesita entre a subversão e a continuação da tradição. Subversão na medida em que seu status, sua centralidade é deslocada, é substituída pela noção de *construção*; continuação, na medida em que nesse enquadre teórico o conceito definidor de construção, aquele que projeta o pareamento de forma e sentido, é também aplicável à palavra: um dos melhores exemplos da categoria definida pela associação entre o pólo da forma e o pólo do sentido.

5.1. Os critérios e a seleção – uma amostra da superioridade da AC como teoria linguística

A adesão à visão da linguagem como forma de vida e não como sistema de representação encaminha nossa seleção de uma teoria da gramática que, sobretudo, deve alinhar-se à concepção exposta no capítulo 2, retomada de forma sintética, conforme se segue: a linguagem é indissociável das formas de vida da qual toma parte; a relação entre a linguagem e a práxis é uma relação de constitutividade e não de representação; não há entre linguagem e mundo um hiato, uma falha que a linguagem se destina a transpor ou suprir por meio de um sistema representativo; a linguagem não é um código, com unidades controladas por essências invariáveis que garantem a transmissão das mensagens de forma determinada; a forma gramatical é construída socialmente, as forças que agem sobre a forma gramatical, sobre as unidades da linguagem, são extremamente complexas e indelevelmente vinculadas à realidade social, à práxis e aos jogos de linguagem de que participam e que constituem, (fato que denota a natureza variável, arbitrária, mutável e constitutiva, do imbricamento entre linguagem e práxis); a ação reflexiva da linguagem, seu vocabulário e formas de expressão

metalinguísticas são vitais à sua existência, constatação que nos remete à proposição de Aurox de que a linguagem é regulada por sua própria imagem, não se conforma a regras e expectativas que contrariem as características de sua natureza aqui referidas.

Feita a aposta na perspectiva da linguagem como forma de vida e não sistema de representação, cabe-nos mostrar que a Abordagem Construcionista da Gramática, o conceito de Construção linguística e boa parte do enquadre teórico e instrumental de análise que gira em torno dessa postulação e noção central, oferecem para o problema da palavra e, metonimicamente, para o problema da linguagem e da gramática como um todo, uma neutralidade epistemológica e uma capacidade de acomodação da natureza arbitrária, variável, e mutável da linguagem capazes de colocá-la em posição de superioridade teórico-descritiva em relação às metalinguagens rivais. Nosso critério para a seleção da superioridade de uma abordagem linguística indica que:

- (i) aquela que dá a ver a linguagem como práxis, como forma de vida regulada, mas irreduzível e volátil, é superior àquela que a descreve como sistema objetivo e fixo de representação;
- (ii) aquela que privilegia a *descrição* das línguas particulares é superior àquela que aspira à *explicação* universal da essência da linguagem;
- (iii) aquela que prefere uma análise que parta do todo para as partes, uma análise holística, é superior à que se utiliza de uma abordagem atomística; e,
- (iv) aquela que acomoda e descreve as práticas metalinguísticas específicas da comunidade de fala em exame – práticas que são responsáveis últimas pela forma gramatical – é superior àquela que pratica advertida ou inadvertidamente o “imperialismo metalinguístico”.

Vejam agora se a AC reúne os critérios que selecionamos como aqueles que poderiam responder pela superioridade metalinguística para os estudos das línguas do mundo e, em especial, para o enfrentamento do problema da palavra.

Ao eleger a noção de construção como primitivo da linguagem, a Abordagem Construcionista seleciona como ângulo privilegiado da análise e da composicionalidade linguística, aquele que focaliza o todo, e a partir dele, as partes. Essa proposta assumida por todas as versões da GC é radicalizada em Croft (2001: 48), que chega a postular que as partes não têm existência fora das Construções, são as construções que definem as categorias gramaticais das unidades linguísticas. Esse tipo de abordagem gramatical favorece sensivelmente a visão holística em detrimento da visão atomística do fenômeno da linguagem humana, que é, ainda, majoritariamente praticada nas análises das línguas do mundo. O que atende ao critério (iii) de nossa seleção.

A definição de Construções como entidades teóricas que se fixam pela frequência de seu uso e que interferem diretamente na categorização e nos usos feitos de seus elementos constituintes, nos remete ao padrão produtivo das construções de estrutura argumental, exemplificado em Goldberg (1995), como, por exemplo, a Construção Transitiva de Movimento Causado, (*O menino chutou a bola para fora da quadra*), que caracteriza como seus constituintes semânticos, prototipicamente, Agente, Paciente e Locativo, projetados respectivamente na estrutura sintática Suj Obj e Obl, e que, por força de sua frequência de uso, pode alterar a valência de um Predicador Verbal que participe desse enquadre construcional. É possível, por exemplo, como cita Goldberg, que um predicador intransitivo (segundo a tradição gramatical) seja transitivizado ao participar da configuração construcional transitiva de movimento causado, assim o verbo *espurrar*, (intransitivo *por natureza*), receberá complementação típica de Verbos transitivos ao integrar a grade construcional em referência, o que resultará no famoso exemplo goldbergiano *Ela espurrou o guardanapo para fora da mesa*.

Situação contrária também ocorre, Verbos transitivos são destransitivizados pelas Construções, predicadores transitivos sofrem redução de valência, sendo destransitivizados, como demonstrou a tese de Bronzato (2000, 2009) na qual “o enquadre linguístico da interdição social”, atinge o léxico e a gramática simultaneamente, fixando, *por convenção social*, o que a autora chamou de Construção do Objeto Interdito, responsável por sentenças abundantes

em nosso idioma que agregam um significado de “rompimento de conduta, de uma convenção social e linguística,” equivalente ao esquema sintático [SN V Ø], frequentemente expresso em enunciados do tipo “*Eu não bebo Ø, não fumo Ø, não jogo Ø, não cheiro Ø, só falo umas mentirinhas de vez em quando.*”²⁹

Esses usos que conflitam com expectativas gramaticais tradicionais falam em favor dos critérios depreendidos da adoção da visão wittgensteiniana da linguagem, uma vez que privilegiam na análise e descrição linguística a constutividade da linguagem com a forma de vida, com a práxis, e demonstram sensibilidade às práticas metalinguísticas das comunidades de fala em exame, que ao final são, como já dissemos, responsáveis últimas pela construção da forma gramatical. Pontuamos aqui a contemplação do critério (iv) de nossa seleção.

O problema por mim enfrentado (Ferreira, 2005), em minha dissertação de Mestrado e que fez largo uso da teoria da GC, nos termos de Goldberg (1995), apontava diretamente para a possibilidade de um tratamento holístico, não atomista, apresentar uma solução construcional a uma questão anteriormente tratada pela versão Princípios e Parâmetros da teoria gerativa, e que diz respeito, de certa forma, à questão dos limites da *palavra*, à questão do reconhecimento, dos arranjos, e da composição das unidades linguísticas.

O trabalho de Saraiva (1997)³⁰, do qual minha análise partiu, postulava a existência no PB de um fenômeno gramatical muito parecido com aquele estudado e reconhecido em línguas ameríndias polissintéticas, como o fenômeno de *Incorporação Nominal ao Verbo* – onde o elevado teor de coesão entre o Verbo e o Nome registrado em todos os níveis da análise, especialmente na sintática, repercute nas categorias gramaticais ao ponto de promover a indistinção entre Verbo e Nome. Em síntese, o que verifica-se, como explicou Mark Baker (1988) em suas análises do mesmo fenômeno em línguas Ameríndias como as Mohawk, Nahuatl e Onodanga, é que “uma palavra semanticamente independente vem para dentro de outra”, fato de certa forma estranho de se imaginar, e, principalmente, de se concluir sobre as unidades linguísticas (p.1).

²⁹ Enunciado de domínio público cuja autoria é conferida ao cantor TIM Maia. (Retirado De Bronzato, 2009: 82)

³⁰ SARAIVA. M. E. F. *Buscar menino no colégio. A questão do Objeto Incorporado em Português*. Campinas, SP: Pontes, 1997.

O movimento de deslocamento de uma palavra para dentro da outra, demonstrado como uma irregularidade na distribuição dos constituintes da estrutura em árvore da versão Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa, retrata um deslocamento de um constituinte de sua posição de origem, deixando-a preenchida por um *vestígio* de sua presença, que servirá para preservar a regularidade da seleção Verbo Complemento. O “deslocamento de uma palavra para dentro da outra” resultará, para línguas Ameríndias polissintéticas, em um elevado nível de coesão sintático-semântica atingindo as formas fonológicas e morfológicas, fato que explicará a existência de um Verbo complexo, um *longo item lexical*...

A engenhosa análise de Saraiva, baseada nos estudos de Baker, sumariamente reportados acima, capturou, utilizando-se do mesmo enquadre teórico das análises de Baker, fenômeno semelhante no Português do Brasil, a Incorporação de um *Nominal Nu*, ou seja, um Nome despojado semanticamente, não referenciável, não recuperável anaforicamente, com baixo teor de visibilidade na distribuição estrutural, mas que não chega a realizar uma Incorporação completa, já que não alcança as formas morfológica e fonológica em nosso idioma. Trata-se de expressões como *trocar roupa, comprar pão, pagar conta, ou, Buscar menino no colégio* (sentença título da obra de Saraiva), *pegar filme na locadora, buscar boi no pasto*, e, também as idiomáticas, *pagar mico, contar caso, tirar leite de pedra, jogar conversa fora* (Ferreira, 2005, cap. 4), cuja estrita adjacência entre Verbo e Nome e recorrente tendência a agramaticalidade ocorrem toda vez que tenta-se interpor outro elemento entre V e N ou se deslocar um deles dessa posição de estrita adjacência.

O curioso é que a análise empreendida por Saraiva deixou de fora parte da oração título de sua tese *Buscar menino no colégio*, pois a Incorporação por ela explicada atingia o Nome e deixava de fora o argumento locativo (no colégio) que é, conforme confirmam testes de recuperação anafórica, parte desse conceito unitário – o sintagma preposicional *no colégio* (parte importante e indissociável da expressão recorrente no regionalismo mineiro *Buscar menino no colégio*) – fato que uma explicação sintática, estrutural, do diagrama em árvores, é incapaz de descrever, pela insistência em tomar as unidades linguísticas como átomos da sintaxe, distribuídos atomisticamente na estrutura binária do diagrama em árvore capaz de acomodar *Buscar menino* (SV, complexo), mas não alcança a

incorporação do argumento locativo, que é parte do sentido unitário, e que fica fora por uma questão de inadequação do instrumento de análise para a descrição do dado.

Ao postularmos para sentenças desse tipo a existência de uma configuração construcional, o que afirmamos, conforme nos autorizam alguns pressupostos da Abordagem Construcionista, e, também, a proposta wittgensteiniana da linguagem como forma de vida, é que existe uma prática social de referência “naquela comunidade em exame”, que faz uso de tal *idiosincrasia sintático-semântica*. O que licencia, o elemento regulador, a gênese desses usos são as práticas sociais rotineiras e convencionalizadas, significativas para a comunidade de fala em exame.³¹

A hipótese de licenciamento via AC de peculiaridades gramaticais, ou, de construção da forma gramatical pelas convenções e particularidades do uso, pode ser associada a uma das implicações centrais da adoção de uma proposta wittgensteiniana da linguagem como forma de vida.

Quanto aos nossos critérios de seleção de uma abordagem da linguagem que demonstre superioridade descritiva em alinhamento com a adesão à linguagem como forma de vida, cremos que a descrição do fenômeno capturado pela Construção de Ação Rotineira (CTAR) satisfaça em grande parte aos critérios (i), (iii) e (iv).

A descrição do fenômeno capturado na Construção de Ação Rotineira (CTAR), conforme a denominamos, incluiu elementos da prática social, práxis, como determinantes, licenciadores e criadores de uma forma gramatical específica que singulariza uma forma de vida específica. É importante destacar que nos

³¹ procedimentos para os quais é possível inferir um sequência de execução da prática rotineira em foco, como quando, por exemplo, alguém anuncia *Vou sair para procurar emprego*, essa, ou qualquer outra que resulte da mesma gênese e que preencha a estrutura sintática, SN SV N SP, infere-se metonimicamente uma agenda de atividades que normalmente envolverá uma produção anterior (recorte de anúncios de emprego no jornal, acesso a sites de emprego, confecção de currículo, envio de currículo, ou entrega de currículo, agendamento de entrevista, escolha adequada do vestuário para a entrevista que poderá ocorrer, visitas a instituições e entrega de currículos etc) e todo um procedimento sequencial, ou, ainda, quando o carioca vai à praia e diz *não vou levar cadeira, porque vou alugar cadeira na praia*, registra-se exatamente fenômeno semelhante, que uma abordagem construcionista da linguagem reconhece como um fenômeno construcional, parte da rede de construções transitivas da língua e que recebe o nome de Construção Transitiva de Ação Rotineira, cuja particularidade sintático-semântica é marcada no Português do Brasil com a seleção de um complemento “nu” para o Verbo, posição, que tradicionalmente seria regularmente preenchida por um complemento pleno, um Nome precedido de um Sintagma Determinante, se tomamos a metalinguagem gerativa como pano de fundo.

termos da GC esse tipo alteração de valência verbal não é concebido como uma anomalia ou irregularidade verbal para a qual deveríamos, para aquela circunstância de uso, abrir nova entrada no dicionário. Essa visão da linguagem adotada pela AC aproxima-a dos termos de uma visão integracionista da linguagem como professam os linguistas de inspiração wittgensteiniana, que entendem que tratamentos desse tipo são resultados de uma visão segregacionista da linguagem, que a separa, segrega de seus usuários. (cf, Richard McDonough, 2000: 203 “Reflections on reflexivity”). Linguistas como McDonough, liderados por Harris, compartilham a visão de que resultados de pesquisas linguísticas que acabam por relacionar uma grande quantidade de *anomalias e irregularidades linguísticas* não são produtos de investigações minimamente neutras, “mas do desejo de alguns profissionais da linguagem (linguistas, lógicos, filósofos da linguagem, etc) têm de dividir o trabalho da linguística, ainda que em detrimento da compreensão de como a linguagem realmente funciona.” Aspecto que tangencia a delicada questão ética das disputas teóricas, e que acreditamos que a AC, em função da maior neutralidade de seu instrumental de análise, presente em menor grau.

Usamos os exemplos acima para reforçar a aproximação de uma Abordagem Construcionista da Gramática com a perspectiva wittgensteiniana da linguagem, mais precisamente com a proposta wittgensteiniana de que as línguas são reguladas de dentro, pela sua própria imagem, as regras não são ditadas a priori por um grupo de legisladores que a observam, como espectadores nas arquibancadas do jogo. Analogamente, e seguindo exposição de Taylor (2000), ponderamos:

(...) aprenderíamos muito pouco sobre o papel e a influência do discurso ético em uma dada sociedade apenas estudando o vocabulário usado naquele discurso – não aprenderíamos mais, também, sobre o jogo de futebol se nós simplesmente nos limitássemos a examinar a bola, as traves do gol, as chuteiras e roupas usadas no jogo. (p. 485)

O jogo de que tratamos, o jogo da linguagem, é um jogo que, muito dificilmente se aprende “observando de fora”. As regras da gramática não são ditadas de fora, constituem-se na dinâmica do uso e das convenções sociais que a regem, e que constantemente se retroalimentam, se renovam, o que nos leva a

recordar, ainda uma vez, a proposição de Aurox, de que “a linguagem é regulada por sua própria imagem”, imagem esta que se constrói na trama de seu uso.

Ao entender e propor uma teoria não derivacional, monoestratal da gramática (Goldberg, 1995), bem como a simplificação dos *instrumentos* de análise linguística (Croft, 2001), reduzindo ao mínimo o uso de terminologia gramatical e mesmo propondo a inexistência de categorias linguísticas universais, colocando definitivamente “na mesa dos construcionistas a questão da ‘diversidade linguística’, um dos calcanhares de Aquiles da linguística gerativa” (Salomão, 2009: 57), a AC ganha, ao mesmo tempo, em economia e alcance, pois será capaz de captar uma generalização muito maior em função das especificidades das línguas; estará, também, apta a resolver um problema de vulto, colocado para escanteio em teorias hegemônicas até então, que é o problema daquelas expressões linguísticas cuja idiomaticidade e idiosincrasia de seu significado, e de seus elementos constituintes, não encontravam lugar nas regras estruturais do sistema derivacional da abordagem gerativa (cf Croft, 2001: 9.2 *The problem of idiom*).

Outra vantagem teórica dessa abordagem será também a sensível redução dos embaraços derivados dos conflitos entre o aparato teórico-descritivo e a perspectiva de linguagem adotada, por um lado, e a natureza variável e mutável da linguagem humana, por outro; do mesmo modo eliminam-se os problemas em precisar fronteiras rígidas para categorias entre as unidades linguísticas, pois será observado, como recomenda Cavell (1979), “o equilíbrio instável” sobre o qual o lastro móvel da linguagem se assenta. E, ainda, começa-se a se acostumar com a ideia de que não necessitamos de limites rígidos para os conceitos linguísticos (Cavell 1979: 187, 188), o que nos libera de grandes embaraços, como o da identificação e reconhecimento segundo um determinado padrão, das unidades linguísticas, especialmente aquelas denominadas pela tradição eurocêntrica como *palavras*.

A recente obra *Construções do Português do Brasil – da gramática ao discurso* (2009), organizada por Salomão e Miranda, reúne trabalhos sob o enquadre da Gramática das Construções, e é uma significativa mostra do grande alcance e contribuição que uma análise linguística alicerçada pelos pressupostos da Abordagem Construcionista da linguagem é capaz de atingir. Os capítulos nela inscritos, produtos em sua maioria, de dissertações de mestrado sob a coordenação

do Grupo de Pesquisa *Gramática e Cognição* sediado no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, são, nos termos wittgensteinianos, valiosos *objetos de comparação* nos estudos de nosso idioma. Nessa obra, observa-se o alcance da noção de construção que, como sinaliza o título, (*Construções do Português do Brasil – da gramática ao discurso*, grifo nosso), traduz o baixo teor de restritividade, e elevado teor de neutralidade, e capacidade de descrever, com as mesmas “ferramentas”, expressões linguísticas *regulares* e *irregulares* que percorrem todas as manifestações de nosso idioma, “da Gramática ao Discurso”. Tal obra nos dá uma mostra importante da possibilidade de contemplação dos critérios (i), (iii) e (iv), que orientam essa seleção.

A perspectiva teórica da AC coloca em relevo para a análise a frequência de uso na constituição e generalização das formas gramaticais, relaciona-as em rede, observando seus laços de herança, ou nos termos de Wittgenstein, de *semelhança de família*, fazendo ver a regularidade e a ordem que o uso e natureza reflexiva da linguagem impõem às suas unidades constituintes. Muito teria lucrado, também, o grande inventário de Expressões fixas do Português do Brasil, tese de doutorado de Lucia Fulgêncio (2008), intitulada *Expressões fixas e idiomatismos do Português brasileiro*, trabalho primoroso que reuniu para o nosso legado 8.000 expressões fixas utilizadas atualmente em diferentes registros, e que aponta também para os tênues limites e autonomia do que chamamos convencionalmente de *palavra*, se houvesse adotado a noção de Construção e a visão mais holística das unidades gramaticais que ela oferece.

Questões como o armazenamento de unidades léxicas, a denominação dos compostos lexicais, expressões fixas, vocábulos compostos, ou discussões sobre a (in)adequação dessas expressões no preenchimento dos nódulos terminais dos esqueletos sintáticos, poderiam ter sido economizadas. A caracterização das semelhanças nos termos das redes construcionais, organizadas por relações de herança, *semelhanças de família*, teria contribuído, também, para uma maior sistematicidade, economia e generalização do fenômeno estudado.

Com a simplificação das definições categoriais, Croft resolve um problema adicional da proposição das construções de estrutura argumental de Goldberg 1995, que é o caráter estático da especificação temática e das relações gramaticais da grade argumental, que definem de forma fixa as relações e projeções entre

estrutura sintática e estrutura semântica, onde, em uma construção transitiva de movimento causado, sujeito, Objeto 1 e Objeto 2 replicam-se, necessariamente, em agente e paciente e locativo. A rede de construções transitivas projeta diferentes argumentos conforme a natureza dos elos entre as construções. Em Goldberg 2006 (p. 184), a linguista admite que o fato é que os “universais são apenas tendências” e acrescenta que essas tendências são resultado de atributos cognitivos, pragmáticos ou processuais da cognição humana.

Em suma, verificamos a superioridade da noção de Construção sobre a noção de palavra, e resumidamente, conforme exemplos de análise aqui retomados, diríamos que a noção de Construção é capaz de descrever: a *irregular* destransitivização de alguns verbos; a *irregular transitivização* de alguns verbos; a *estranha conjunção* de *várias palavras*, que no entanto podem ser consideradas como uma única palavra, uma construção, em vários níveis; a flexibilidade e mobilidade da alternância de argumentos, papéis temáticos de Predicadores que deveriam prever complementos determinados, sem que isso precise ser registrado e explicado como um exemplo de *mal* comportamento das unidades linguísticas.

Sobre os critérios elencados no início deste texto, reproduzidos abaixo, observa-se pela exposição feita que o critério (ii) não é plenamente contemplado pela AC. Não é possível mitigar na AC a sensível ambição explicativa baseada em pressupostos mentalistas e representacionistas que frequentam essa teoria da linguagem e que a afastam de um perfeito *acasalamento* com a perspectiva wittgensteiniana, que endossamos como possibilidade de descrição do fenômeno da linguagem. É sobre esse ponto de afastamento que trataremos na seção seguinte.

5.2. O mentalismo e o representacionismo da Abordagem Construcionista

A história recente da Abordagem Construcionista da Gramática tem suas raízes nas bases lançadas por Langacker de um modelo de análise gramatical, por ele denominada de Gramática Cognitiva (Langacker, 1987). O traço distintivo

desse modelo é sua ênfase em definições simbólicas e semânticas de construtos teóricos tradicionalmente analisados como puramente sintáticos. Langacker definiu a gramática como um inventário estruturado de unidades linguísticas simbólicas (p. 57), que apresentam duas faces, forma e significado. A Gramática Cognitiva supõe, assim, o caráter simbólico do signo linguístico (para usar o termo saussureano). A gramática das Construções, como a Gramática Cognitiva, pressupõe o caráter simbólico do signo linguístico que será concebido como uma *representação, uma contraparte*, de sua face inacessível, a estrutura conceptual que organiza mentalmente informações semânticas, pragmáticas, sintáticas e discursivas que compõem, por fim a face visível do signo linguístico, sua expressão fonológica, ou gráfica. (1987: 76, cap. 1)

Essa noção básica da forma gramatical desloca nossas convergências de perspectivas, indica uma rota de afastamento. Afasta-nos a centralidade da psicologia e do mentalismo informados pela linguística cognitiva que enquadra a Abordagem Construcionista da linguagem, uma forma de representacionismo linguístico, de adoção de um *a priori* indispensável para a estruturação da linguagem, (cf. *Foundations of cognitive linguistics*, Langacker 1987; “*Assessing the cognitive linguistics enterprise*”, Langacker (1999), *Women, fire and dangerous things*, Lakoff (1987)). Recusamos o investimento no entendimento da linguagem humana, por meio de uma estratégia duplicadora, resultado de um cálculo mental, que termina na expressão verbal, nas línguas humanas. A passagem de Langacker (*Concept, image and symbol – the cognitive basis of Grammar*, 2002) abaixo é uma boa amostra de fundamentos cognitivistas presentes nas diversas versões da Gramática das construções e que conflitam com a perspectiva da linguagem que endossamos:

O significado reflete uma conceptualização. A semântica deve, portanto, esforçar-se por analisar estruturalmente e explicitar entidades abstratas como o pensamento e os conceitos. O termo conceptualização tem interpretação muito ampla: ele acomoda concepções novas, assim como conceitos fixos; experiências sensoriais, cinestésicas, e emocionais; o reconhecimento do contexto imediato (social, físico, e linguístico); e assim por diante. O entendimento do fenômeno da conceptualização como um processo cognitivo, leva-nos a projetar como nosso objetivo último a caracterização dos tipos de eventos cognitivos cujas ocorrências constituem uma dada experiência mental. (p.2)

A versão *construcionista* que defendemos é aquela em que a linguagem, cambiante e sujeita a acordos e consensos sociais, está permanentemente sujeita à intensa variabilidade, e cujos processos envolvidos na construção dos acordos e consensos que regulam a linguagem, são internos à práxis, resultantes das práticas sociais de que a linguagem toma parte e constitui simultaneamente. A abordagem construcionista que priorizamos dispensa a imagem de um conteúdo conceptual separado, de alguma forma, da forma linguística que o “representa”. Não compreendemos bem por que, seguindo pensamento de Nigel Love (2007), considera-se misteriosa, mística quase, a noção de empacotamento, de codificação e decodificação das ideias, mas aceita-se, sem grande estranhamento, a noção de que os pensamentos, as ideias, são organizadas e representadas em uma estrutura mental, principalmente aquelas que não possuem um referente físico sujeito a denominação ostensiva...

A aceitação e adoção pela AC de ideias fundadoras da Abordagem Gerativa citadas por Goldberg (2006: 4), especialmente a ideia mestra da teoria gerativa que a AC compartilha – a ideia de que é essencial, para a criação de uma teoria não trivial da linguagem, considerar a linguagem como um sistema (mental) cognitivo é o ponto focal do considerável afastamento que há entre aqueles que adotam a linguagem como um sistema de representação e os que a concebem como uma forma de vida.

O pareamento de forma e função, que é o coração da noção central de Construção é também, outro significativo vetor de distanciamento de nossas formas de ver a linguagem, uma vez que esse pareamento se dá, para os construcionistas, grosso modo, dentro de uma conjunção de critérios cognitivos de organização do conhecimento em espaços mentais, nos quais ocorrem, por meio de projeções de estruturas semânticas/conceptuais em estruturas linguísticas, cruzamentos para a construção do significado linguístico, materializável, em um segundo momento, na expressão verbal.

Para nós, por outro lado, o pareamento entre forma e sentido é – não uma realidade psicológica ou uma necessidade lógica da linguagem – mas antes uma reificação possivelmente inevitável no âmbito de uma *práxis* – a *práxis* metalinguística.

Acreditamos, pois, que o despojamento da noção de construção desse processamento e cálculo mental muito tem a contribuir para desfazer o embaraço

do problema da identificação das unidades linguísticas, da palavra, como reclamam os estudiosos a que demos voz no capítulo 3.